

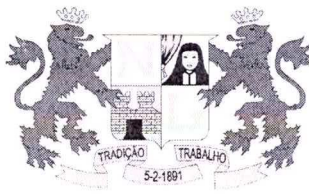
LEI MUNICIPAL 2.798, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2020

ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O POVO DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA, ESTADO DE MINAS GERAIS, por seus representantes legais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei Orçamentária para o exercício de 2021 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - A organização e a estrutura do orçamento;
- III - As diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do município e suas alterações;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - As disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - As disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;



VIII – as disposições sobre transparência;

IX - As disposições gerais; e

X - Anexos.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da administração pública municipal em consonância com o artigo 165, § 2º da Constituição Federal, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei e que constarão do projeto de Lei Orçamentária, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2021 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, observando as seguintes diretrizes gerais:

I – emprego e renda;

II – desenvolvimento social;

III – planejamento e desenvolvimento urbano;

IV – gestão democrática e participativa.

Parágrafo único – Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2021, o Poder Executivo poderá alterar as metas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e cumprimento do cronograma de execução de projetos já iniciados.



CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º Para efeito desta lei entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

V – órgão: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar as unidades orçamentárias;

VI – unidade orçamentária: o menor nível de classificação institucional agrupadas em órgãos orçamentários;

VII - especificação da fonte e destinação de recurso: detalhamento da origem e da destinação de recursos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para fins de elaboração da LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - Sicom;



VIII - grupo de origem das fontes de recurso: agrupamento da origem de fontes de recursos contido na LOA por categorias de programação;

IX - aplicação programada de recursos: agrupamento das informações por destinação de recursos contida na LOA por categoria de programação;

X - produto: bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

XI - unidade de medida: utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

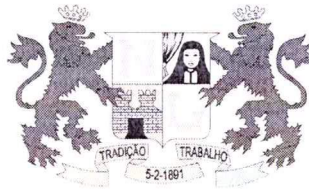
XII - meta física: quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir aos seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção a qual se vincula.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas das Administrações direta e indireta e dos fundos municipais especiais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.



§ 1º - A despesa será discriminada por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações especificando a categoria econômica, o grupo de natureza de despesa, e a modalidade de aplicação.

§ 2º - A despesa será discriminada na LOA, no mínimo por:

- I - órgão e unidade orçamentária;
- II - função;
- III - subfunção;
- IV - programa;
- V - ação: atividade, projeto e operação especial;
- VI - categoria econômica;
- VII - grupo de natureza de despesa;
- VIII - modalidade de aplicação;
- IX - origem de fonte e aplicação programada de recursos.

Art. 5º A Lei Orçamentária Municipal conterá Reserva de Contingência, equivalente a, no mínimo, 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida, destinada a:

I - atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

II - fonte compensatória para abertura de créditos adicionais.

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entende-se como "eventos fiscais imprevistos", a abertura de créditos adicionais para atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2021.



CAPÍTULO III

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 6º As receitas abrangerão: a tributária própria, a patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único – As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução, nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 7º As despesas corresponderão à diferença apurada entre a receita estimada e o valor destinado à Reserva de Contingência e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se o valor necessário para as despesas de capital.

§ 1º. Para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, o Poder Legislativo encaminhará até o dia 31 do mês de julho de 2020, o orçamento de suas despesas acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos de modo a justificar o seu montante.

§ 2º. Se o Poder Legislativo não encaminhar o orçamento de suas despesas dentro do prazo previsto no §1º, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites mencionados no §3º.



§ 3º - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar sete por cento do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior, conforme dispõe o art. 29A da Constituição Federal, acrescentado através da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

§ 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar repasses financeiros à (s) entidades (s) da Administração Indireta, cumprindo-se as disposições dos artigos 50, § 2º e 51, § 1º, da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) com as diretrizes traçadas pelas Portarias Interministeriais nº 163/01 e 339 de 29/08/2001.

Art. 8º Nos termos da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aprovado pela Portaria STN nº 289, de 07 de maio de 2019, serão utilizadas "fontes" de recursos com o objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos.

§ 1º O mesmo código utilizado para controle das destinações da receita orçamentária também será utilizado na despesa, para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.

§ 2º A fonte/destinação de recursos constitui instrumento de planejamento gerencial e será adequada na medida das fases de execução da receita e da despesa de modo a evidenciar as fontes de financiamento do gasto público efetivamente realizado.

Art. 9º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2021, a preços correntes, acrescidos do índice da inflação



(% anual) projetado e PIB real (crescimento percentual anual) mais previsão de recebimento de recursos de convênios.

Parágrafo único – Os valores projetados para as receitas poderão sofrer alteração até a elaboração do orçamento, em decorrência da ausência de divulgação pelos órgãos competentes dos valores que caberá a cada município em decorrência de transferências constitucionais, fundo a fundo e voluntários.

Art. 10. Destinar-se-á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino parcela de receita resultante de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.

Parágrafo único - O Município atuará prioritariamente na Educação Básica.

Art. 11. Constituirão receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as constantes da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e leis que fixarem normas complementares.

Art. 12. A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade pública, não podendo ser utilizados com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 13. O orçamento municipal garantirá dotação específica para pagamento de débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho de 2020.



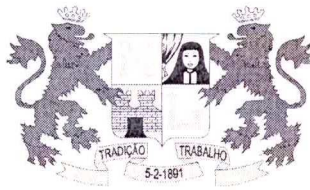
Parágrafo único: Caberá à Procuradoria Jurídica do Município, encaminhar à Secretaria de Planejamento, até 10 de julho de 2020, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 01 de julho de 2020, a serem incluídos no projeto De Lei Orçamentária de 2021, conforme determinado pelo §5º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por Órgão da Administração Direta, especificando:

- I - Número do processo;
- II - Número do precatório;
- III - Data da expedição do precatório;
- IV - Nome do beneficiário e CPF/CNPJ;
- V - Valor individualizado por beneficiário e valor total a ser pago.

Art. 14. A Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares e dependerá da existência de recursos disponíveis.

§ 1º - Os recursos referidos no "caput" são provenientes de:

- I – superávit financeiro;
- II – excesso de arrecadação;
- III – anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, até determinado limite, em valor percentual, autorizados em lei;
- IV – produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; e
- V – Reserva de Contingência.



§ 2º - O aproveitamento dos recursos originários de excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, deverá observar o disposto no §3º, do art. 43, da Lei 4.320/64, bem como a estimativa de excesso de arrecadação de convênios, nos termos da Consulta TCEMG nº 898.438.

§ 3º - Os créditos especiais e extraordinários autorizados e/ou abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos no exercício subsequente, nos limites de seus saldos, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, por ato do Poder Executivo.

Art. 15. As classificações nas dotações, as fontes de recursos, os códigos e títulos das ações poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total da ação, desde que justificadas e se autorizadas, por meio de decreto, para ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, e que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação.

Parágrafo único. Não oneram o percentual estabelecido para suplementação, os ajustes orçamentários ou realocações de recursos ocorridos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Art. 16. As alterações e inclusões de fontes/destinações de recursos das ações constantes na Lei Orçamentária e dos créditos adicionais, inclusive os reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de arrecadação da receita e das fases de execução da despesa definidas de arrecadação da receita e das fases de execução da despesa definidas pela Lei Federal nº 4.320/64.

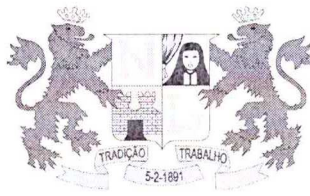


Parágrafo único. O recurso não vinculado por lei específica, convênio ou ajuste que se constituir em superávit financeiro de 2020 poderá ser convertido pelo Poder Executivo em recurso ordinário do Tesouro Municipal para exercício de 2021, por meio de ato administrativo.

Art. 17. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, no mesmo limite da autorização de abertura de crédito suplementar constante na LOA 2021.

Art. 18. Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.

Art. 19. O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação, constante de propostas do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.



Art. 20. Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2021 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2020, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – encargos e serviços de dívida;

IV – outras despesas correntes, limitadas a 1/12 (um doze avos) por mês do valor total previsto para essa natureza de despesa, no projeto de lei orçamentária para 2021, multiplicado pelo número de meses decorridos até a aprovação da respectiva Lei;

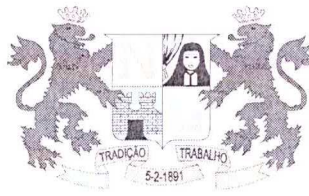
V – despesas vinculadas, correntes ou de capital, financiadas com recursos financeiros transferidos pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, serão executadas conforme previsto em lei, no Termo de Convênio, acordo e ajuste firmados com o Município;

VI – despesas de capital – investimentos, iniciadas e em andamento, conforme projeto básico constante do Edital de Licitação e suas alterações, a fim de evitar prejuízos financeiros e sociais ao Município e seus cidadãos;

VII – despesas com educação e saúde conforme disposto na Constituição Federal;

VIII – Superávit: limitado a 1/12 (um doze avos) por mês, do total apurado no exercício anterior.

Parágrafo único – Os eventuais saldos negativos ou recursos que ficarem sem despesas correspondentes apurados em virtude de emendas ao Projeto de Lei de Orçamento serão ajustados pelo Executivo Municipal.



Art. 21. As proposições de emendas legislativas, que, direta ou indiretamente, importarem ou autorizarem aumento de despesa, deverão estar acompanhadas de estimativas de impacto orçamentário-financeiro dos efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º - Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Constituição Federal;

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal;

§ 2º - É vedada a indicação de recursos provenientes da anulação das seguintes despesas:

I - dotações financiadas com recursos vinculados;

II - dotações referentes a contrapartidas;

III - dotações referentes a obras em execução;

IV - dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais;

V - dotações referentes a benefícios eventuais;

VI - dotações destinadas ao serviço de dívida, compreendendo amortização e encargos;

VII - dotações relativas às despesas com pessoal e com encargos sociais;

VIII - dotações destinadas a custear programas vinculados a fundos municipais;

IX - Dotações referentes a programas identificados como prioritários no anexo I desta lei, exceto quando se tratar de remanejamento de recursos entre os programas ou no âmbito de um deles.



§ 3º - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço.

CAPÍTULO IV
DAS TRANSFERÊNCIAS
SEÇÃO I
DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS

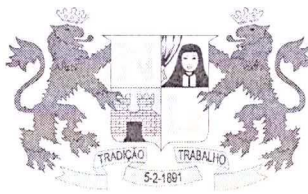
Art. 22. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

§ 1º - A certificação de que trata o caput deste artigo poderá ser:

I - substituída, a critério da Administração, pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente; ou

II - dispensada, desde que a entidade execute ações, programas ou serviços em parceria com a administração, nas seguintes áreas:

- a) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;
- b) combate à pobreza extrema;
- c) atendimento às pessoas com deficiência; e



d) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.

III - dispensada, desde que a subvenção seja concedida por lei específica e a entidade comprove seu regular funcionamento e estatutos homologados por ato do Poder Executivo.

§ 2º - Só se beneficiarão das concessões de que trata o "caput", as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.

§ 3º - A execução das ações de que tratam o "caput" fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº. 101, de 2000 e/ou de chamamento público nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

SEÇÃO II DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DE CAPITAL

Art. 23. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o **caput** do art. 22 desta Lei e que preencham as seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica;

II - estejam previstas na Lei Orçamentária de 2021 ou em seus créditos adicionais;

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas de interesse público.



SEÇÃO III DOS AUXÍLIOS

Art. 24. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que atendam a pelo menos um dos seguintes incisos:

I - de atendimento direto e gratuito ao público, atendam ao disposto no caput do art. 22 desta Lei e alternativamente sejam voltadas para a:

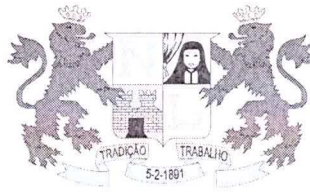
- a) educação especial; ou
- b) educação básica;

II - registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais - CNEA do Ministério do Meio Ambiente, e qualificadas para desenvolver atividades de conservação, preservação ambiental, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a destinação de recursos oriundos de programas governamentais, bem como àquelas cadastradas junto a essa administração para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais;

III - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e alternativamente de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social e atendam ao disposto no caput do art. 22 desta Lei e cujas ações se destinem a:

- a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou
- b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa portadora de deficiência;

IV – destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas



integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas, formalizados instrumentos jurídicos adequados que garantam a disponibilização do espaço esportivo implantado visando o desenvolvimento de programas governamentais.

SEÇÃO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

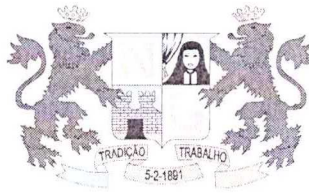
Art. 25. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 22 a 24 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - aplicação de recursos de capital deverá ocorrer exclusivamente para:

- a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessária à instalação dos referidos equipamentos; ou
- b) aquisição de material permanente; ou
- c) construção, ampliação ou conclusão de obras.

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio, termo de parceria ou instrumento congêneres;

III - execução na modalidade de aplicação 50 - transferência a entidade privada sem fins lucrativos;



IV - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social ou dos estabelecimentos em que exerça suas ações, consulta ao extrato do convênio, da parceria ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

V - regularidade de prestação de contas de recursos anteriormente recebidos;

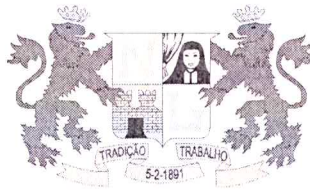
VI - publicação de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção, quando for o caso, das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII - comprovação pela entidade, da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular no mínimo de um ano;

VIII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente, em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX - manutenção de escrituração contábil regular;

X - apresentação pela entidade de certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa de débitos federais e municipais;



XI - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, informando a quantidade e a qualificação profissional de seu pessoal;

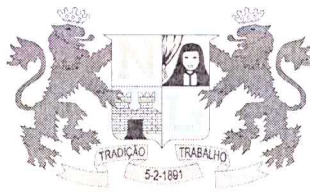
XII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica sobre a adequação dos convênios, termo de parceria e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e

XIII - comprovação pela entidade privada sem fins lucrativos de efetivo exercício, durante o último ano, de atividades referentes à matéria objeto da parceria.

§ 1º A determinação contida no inciso I do **caput** não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

§ 2º A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente público ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal.

§ 3º As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320, de 1964, por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação, não se lhes aplicando as condições constantes dos arts. 22, 23 e 24 desta Lei.



§ 4º Os recursos decorrentes das parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil poderão ser utilizados para remunerar servidores ou empregados públicos, desde que se trate de cargo ou emprego acumulável na forma da Constituição Federal.

Art. 26. Não será exigida contrapartida financeira para as transferências previstas na forma dos arts. 22, 23 e 24 desta Lei, sendo facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços.

Art. 27. A entrega de recursos a consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade do Município, não se configura com transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28. A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º - Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º - O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.



Art. 29. Na Lei Orçamentária para o exercício de 2021, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 30. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal, ressalvadas as operações de créditos por antecipação da receita cuja vedação é prevista no art. 38, IV, b, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VI

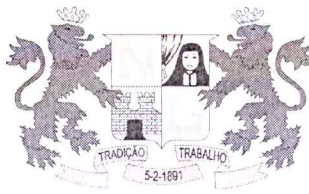
DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31. A despesa total com pessoal, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, conforme percentuais fixados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000:

- I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Parágrafo único - Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

- I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II – relativas a incentivos à demissão voluntária;



III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 32. As despesas com pessoal referidas no artigo anterior serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com o percentual das receitas correntes líquidas, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 33. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:



I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando sejam relativas a cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente;

III – não caracterizem relação direta de emprego.

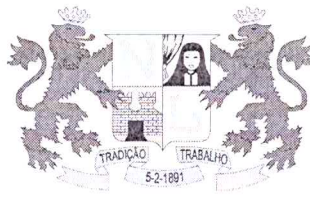
Art. 34. Não obstante o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Município ainda assim poderá contratar horas-extras:

I – para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;

II – manter os serviços essenciais de saúde, educação e assistência social.

Parágrafo único - Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer por decreto, o banco de horas, de modo a possibilitar ao servidor, acumular horas extras, para gozar folgas, prolongar suas férias e/ou compensar na sua jornada de trabalho.

Art. 35. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, em especial do pessoal do Ensino, na forma e condições previstas na legislação específica.



Art. 36. Fica autorizada, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 37 – Poderão ser apresentados à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento às leis complementares e resoluções federais, observando:

I – quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

II – quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, a adequação da legislação municipal aos comandos de Lei Complementar federal ou de Resolução do Senado Federal;

III – quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a adequação da legislação municipal aos comandos da lei complementar federal e a mecanismos que visem à modernização e à agilização de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;

IV – quanto às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;

V – quanto à contribuição de melhoria, a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;



VI – a instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituídos, em decorrência de revisão da Constituição Federal;

VII – o aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à sua racionalização, simplificação e agilização;

VIII – a aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração à legislação tributária;

IX – o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, visando à modernização e à eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.

§ 1º - A concessão ou a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira de que decorra renúncia de receita somente poderá ser aprovada, se:

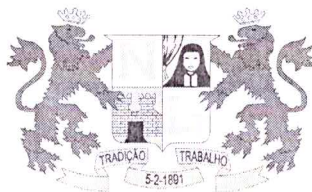
I – estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

II - indicar a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor que serão anuladas, ou estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

III – definir os limites de prazo e valor;

IV – atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000;

V – não ensejar, pela diminuição da receita corrente líquida, a necessidade de redução da despesa total com pessoal de qualquer Poder do município.



§ 2º – Os tributos inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

CAPÍTULO VIII DA TRANSPARÊNCIA

Art. 38. O Poder Executivo divulgará e manterá atualizada, em sítio eletrônico, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos do disposto nos art. 22 a 24, contendo, pelo menos:

- I – nome e CNPJ;
- II – nome, função e CPF dos dirigentes;
- III – área de atuação;
- IV – endereço da sede;
- V – data, objeto, valor e número instrumento celebrado;
- VI – órgão transferidor;
- VII – valores transferidos e respectivas datas;
- VIII – edital do chamamento ou número da lei específica autorizada do repasse.

Art. 39. Nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Executivo deverá assegurar o direito fundamental de acesso à



informação que devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Aos alunos do ensino básico obrigatório e gratuito da rede municipal, será garantido o fornecimento de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Parágrafo único - Desde que cumprido o disposto no caput, é facultado ao município colaborar com o Estado na garantia desses direitos aos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 41. Quando a rede estadual de ensino básico e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino.

Parágrafo único – O Município fica obrigado a garantir vagas para os alunos da rede municipal, atendidos na forma do caput, no exercício imediatamente subsequente.

Art. 42. A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno.

Art. 43. O Município aplicará, anualmente, em ações e serviços de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados na forma inciso III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.



Art. 44. Os critérios para limitação de despesas, quando a evolução da receita comprometer os resultados orçamentários pretendidos e enquanto a dívida não retornar ao limite, serão fixados em decreto do executivo municipal, e não abrangerão despesas:

- I – que constituam obrigações constitucionais e legais;
- II – destinadas ao pagamento do serviço da dívida;
- III – destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social.

Art. 45. O sistema de controle interno acompanhará a eficiência das ações desenvolvidas e avaliará os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Art. 46. O Município poderá realizar despesas com a execução de obras de reparos e melhoramentos em imóveis de propriedade do Estado e auxiliar o custeio de despesas próprias dos entes referidos, desde que:

- I – haja previsão orçamentária;
- II – formalize instrumento de convênio, acordo, ajuste ou congêneres.

Art. 47. O Executivo Municipal, para estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observará:

- I – a vinculação de recursos a finalidades específicas;
- II – as áreas de maior carência no Município.



Art. 48. As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93, e legislações posteriores.

Art. 49. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 50. Para efeito do disposto no art. 42 da LRF, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, bem como parcelas de obras a serem executadas nos exercícios subsequentes, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado ou readequado e efetivamente executado.

Art. 51. A destinação de recursos direta ou indiretamente para pessoas físicas deverá ser autorizada por lei específica, estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais e atender a pelo menos uma das condições abaixo:

- I – renda familiar per capita a ser definida em regulamentação específica;
- II – ser atleta representando o Município em competições oficiais fora do Município;



III – ser artesão representando o Município em Feiras, Congressos ou similares;

IV – grupos teatrais, músicos e outras pessoas físicas representando o município em Conferências, Feiras, Congressos e similares.

Art. 52. Os ordenadores de despesas poderão autorizar a realização de processos licitatórios, no último trimestre do exercício, indicando a dotação orçamentária constante no Projeto de Lei Orçamentária do exercício subsequente, ficando condicionada a homologação do certame, à aprovação do respectivo projeto.

Art. 53. Integram esta Lei os Anexos das Metas Fiscais e Riscos Fiscais, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Lima, 04 de novembro de 2020.


Vitor Penido de Barros
Prefeito Municipal



ANEXO I – PRIORIDADES E METAS 2021


O Município executará como prioridade as ações delineadas abaixo:


- I. Manutenção e aprimoramento do Programa Vida Nova, da gestão local do Cadastro Único e Programa Bolsa Família - Meta: cumprimento de 100% dos dispositivos do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) previstos para o período;
- II. Manutenção e/ou ampliação dos benefícios eventuais; da Proteção Social Básica e Especial; dos departamentos Financeiro, de Gestão do Trabalho; Vigilância Socioassistencial e do Conselho de Assistência Social – Meta: cumprimento de 100% dos dispositivos do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) previstos para o período;
- III. Implementação da Lei do SUAS - Meta: realizar os trâmites administrativos referentes a lei;
- IV. Manutenção do Programa Passe Estudantil conforme disponibilidade orçamentária - Meta: execução de 100% do Programa;
- V. Manutenção da Política Municipal da Criança e do Adolescente, Política Municipal de Mulher, Política da Pessoa Idosa e de Direitos Humanos – Meta: execução de 100% das ações previstas;
- VI. Manutenção das escolas para garantir condições adequadas de ensino – Meta: atingir 100% das escolas;
- VII. Manutenção do Programa de Tempo Integral firmando parcerias com outras secretarias – Meta: atingir no mínimo 80%;
- VIII. Capacitação do corpo docente nas diversas áreas de atuação – Meta: atingir 100% do corpo docente;
- IX. Manutenção e continuidade da melhoria da merenda escolar – Meta: atingir 100%;
- X. Manutenção de bolsas de estudo para alunos nas áreas técnicas – Meta: atingir 100%;



- XI. Manutenção do transporte escolar garantindo a permanência dos alunos nas escolas – Meta: atingir 100%;
- XII. Manutenção dos serviços de farmácia – Meta: atingir 100% da demanda;
- XIII. Manutenção de serviços credenciados de exames especializados de média e alta complexidade, bem como o credenciamento das internações hospitalares – Meta: atingir 100% da demanda;
- XIV. Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos - Meta: atingir 100% de cobertura;
- XV. Implantação/manutenção do Prontuário eletrônico – Meta: atingir 100%;
- XVI. Manutenção da Informatização de toda a rede de saúde – Meta: atingir 100%;
- XVII. Manutenção e aprimoramento das ações voltadas à Guarda Civil Municipal e ao controle e fiscalização do trânsito – Meta: atingir 80% da demanda
- XVIII. Manutenção das redes de águas pluviais e esgotamento sanitário e/ou construções/ampliação dos mesmos.
- XIX. Implantação de sistema preventivo contra inundações.

Nova Lima, 04 de novembro de 2020.


Vitor Penido de Barros
Prefeito Municipal





ANEXO II – DE RISCOS FISCAIS 2021

No Anexo de Riscos Fiscais serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com o objetivo de dar maior transparência às metas de resultado estabelecidas, informando as providências a serem tomadas caso tais riscos se concretizem.

Portanto, este anexo é o documento que identifica e estima os riscos fiscais, além de informar sobre as opções estratégicas escolhidas para enfrentar os riscos.

MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2021

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demandas Judiciais	11.631.114,00	Utilização da Reserva de Contingência e/ou abertura de Créditos Adicionais	11.631.114,00
SUBTOTAL	11.631.114,00	SUBTOTAL	11.631.114,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Arrecadação	360.400,00	Contingenciamento de Despesas	360.400,00
Outros Riscos Fiscais	500.000,00	Contingenciamento de Despesas	500.000,00
SUBTOTAL	860.400,00	SUBTOTAL	860.400,00
TOTAL	12.491.514,00	TOTAL	12.491.514,00

Nova Lima, 04 de novembro de 2020.


Vitor Penido de Barros
Prefeito Municipal



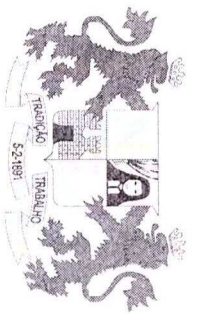
ANEXO III - DE METAS FISCAIS 2021

O Anexo das Metas Fiscais – AMF, abrangerá os órgãos da Administração Direta dos Poderes e entidades da Administração Indireta e observará os critérios e medidas constantes no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF (10ª edição) do Tesouro Nacional. A LRF determina que o AMF estabeleça metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública. O AMF é composto pelos seguintes demonstrativos:

- Demonstrativo 1 – Metas Anuais;
- Demonstrativo 2 – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- Demonstrativo 3 – Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores;
- Demonstrativo 4 – Evolução do patrimônio líquido;
- Demonstrativo 5 – Origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;
- Demonstrativo 6 – Avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS (não se aplica ao município de Nova Lima);
- Demonstrativo 7 – Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- Demonstrativo 8 – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

DEMONSTRATIVO 1 – METAS ANUAIS

(LRF, art.4º, § 1º)



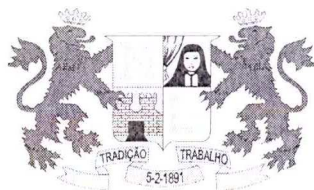
MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2021						2022						2023	
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100		
Receita Total	600.461.250	578.757.831	#DIV/0!	103,07	636.488.925	592.737.489	#DIV/0!	103,07	674.678.261	607.054.820	#DIV/0!	103,07		
Receitas Primárias (I)	580.419.313	559.440.301	#DIV/0!	99,63	615.244.471	572.953.352	#DIV/0!	99,63	652.159.140	586.792.805	#DIV/0!	99,63		
Despesa Total	600.461.250	578.757.831	#DIV/0!	103,07	636.488.925	592.737.489	#DIV/0!	103,07	674.678.261	607.054.820	#DIV/0!	103,07		
Despesas Primárias (II)	576.067.950	555.246.217	#DIV/0!	98,88	610.632.027	568.657.961	#DIV/0!	98,88	647.269.949	582.393.651	#DIV/0!	98,88		
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.351.363	4.194.084	#DIV/0!	0,75	4.612.444	4.295.391	#DIV/0!	0,75	4.889.191	4.399.144	#DIV/0!	0,75		
Resultado Nominal	1.402.500	1.351.807	#DIV/0!	0,24	1.486.650	1.384.460	#DIV/0!	0,24	1.575.849	1.417.901	#DIV/0!	0,24		
Dívida Pública Consolidada	33.748.117	32.528.305	#DIV/0!	5,79	31.723.230	29.542.615	#DIV/0!	5,14	29.819.836	26.830.974	#DIV/0!	4,56		
Dívida Consolidada Líquida	-188.434.300	-181.623.421	#DIV/0!	-32,35	-177.128.242	-164.952.673	#DIV/0!	-28,68	-166.500.547	-149.812.089	#DIV/0!	-25,44		

Fonte: Sistema de Contabilidade e Orçamento Público

OBS: A coluna do PIB não foi preenchida, pelo fato de ser opcional para Municípios e pelo IBGE e o Estado ainda não terem divulgado as projeções, conforme orientação do STN no Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª edição.



Este demonstrativo 1 estabelecerá metas anuais, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, ou seja, 2021 a 2023. Tem por objetivo, além de dar transparência sobre as metas fiscais relativas ao município, dando base à avaliação da política fiscal estabelecida pelo chefe do Poder Executivo para o triênio, orientar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual de forma a permitir o alcance das metas conforme planejado.

A metodologia do cálculo das metas descritas neste demonstrativo foi realizada considerando-se o cenário econômico projetado pelo Banco Central do Brasil em 21/02/2020, conforme demonstrado abaixo:

Indicadores	2021	2022	2023
Inflação %	3,75	3,50	3,50
PIB %	2,50	2,50	2,50
Total Cenário econômico	6,25	6,00	6,00

DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

(Inciso I, § 2º, Art. 4º da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000)

Este demonstrativo estabelecerá metas anuais, para o segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, ou seja, do ano de 2019. A finalidade deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado alcançado no exercício. A comparação é expressa na tabela, que apresenta as receitas e as despesas previstas na meta de superávit primário e os valores efetivamente realizados naquele ano. São ainda destacadas as informações referentes ao resultado nominal, à dívida pública consolidada e à dívida líquida consolidada.



MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2021

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2019 (a)	% PIB	% RCL	METAS REALIZADAS EM 2019 (b)	% PIB	% RCL	VARIÇÃO	
							VALOR (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	565.000.000	#DIV/0!	79,48	711.839.796	#DIV/0!	100,14	146.839.796	25,99
Receitas Primárias (I)	562.509.450	#DIV/0!	79,13	707.060.357	#DIV/0!	99,47	144.550.907	25,70
Despesa Total	565.000.000	#DIV/0!	79,48	552.622.213	#DIV/0!	77,74	-12.377.787	-2,19
Despesas Primárias (II)	541.200.000	#DIV/0!	76,13	530.915.351	#DIV/0!	74,69	-10.284.649	-1,90
Resultado Primário (III) = (I-II)	21.309.450	#DIV/0!	3,00	176.145.006	#DIV/0!	24,78	154.835.556	726,61
Resultado Nominal	-32.970.094	#DIV/0!	-4,64	161.609.641	#DIV/0!	22,73	194.579.735	-590,17
Dívida Pública Consolidada	60.974.340	#DIV/0!	8,58	38.533.495	#DIV/0!	5,42	-22.440.845	-36,80
Dívida Consolidada Líquida	-7.281.082	#DIV/0!	-1,02	-196.650.382	#DIV/0!	-27,66	-189.369.300	2600,84

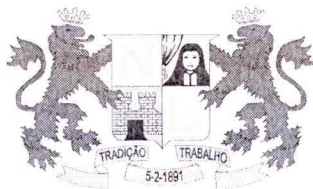
Fonte: Sistema de Contabilidade e Orçamento Público

OBS: A coluna do PIB não foi preenchida, pelo fato de ser opcional para Municípios e pelo IBGE e o Estado ainda não terem divulgado as projeções, conforme orientação do STN no Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª edição.

DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Inciso II, § 2º, Art. 4º da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000)

Este demonstrativo estabelecerá metas dos três exercícios anteriores e dos três seguintes anuais, ou seja, de 2018 a 2023. Tem por objetivo dar transparência às informações para uma melhor visualização da política fiscal do ente em uma linha do tempo.



A metodologia de cálculo das metas utilizadas observou a combinação da execução passada, obtendo os dados realizados no sistema próprio para os anos de 2018 e 2019, os valores orçados para o ano de 2020, conforme Lei nº 2.763 de 31 de janeiro de 2020, e projeção dos anos de 2021, 2022 e 2023 foram as mesmas discriminadas no demonstrativo 1.

O quadro do Demonstrativo 3 segue como **ANEXO A**.

DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Inciso III, § 2º, Art.4º, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)

Este Demonstrativo apresenta a evolução do patrimônio líquido da Administração Pública do Município de Nova Lima nos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da respectiva LDO, sendo dos anos de 2019 a 2017.

O Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

**MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021**

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, inciso III)

	R\$					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	-	0		0		0
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	623.594.732,50	100	400.106.523,00	100	290.985.361,00	100
TOTAL	623.594.732,50	100	400.106.523,00	100	290.985.361,00	100

Fonte: Sistema de Contabilidade e Orçamento Público



DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

(Inciso III, §2º, do Art. 4º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)

Este demonstrativo identifica as receitas de capital realizadas oriundas da alienação de ativos, bem como sua aplicação em despesas de capital do segundo ao quarto anos anteriores ao ano de referência da LDO, ou seja, anos de 2017 a 2019.

Conforme disposto no Art. 44 da referida lei, é vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. O que se quer é impedir a alienação de bens sem contrapartida de novos investimentos objetivando a preservação do Patrimônio público.

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2019	2018	2017
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	137.581,05	393.504,22	2.656.120,20
Alienação de Bens Móveis	2.010,00	207.295,27	-
Alienação de Bens Imóveis	39.925,19	54.186,65	2.549.738,54
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	95.645,86	132.022,30	106.381,66
DESPESAS EXECUTADAS	2019	2018	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	2.175.717,51	53.756,69	783.788,71
DESPESA DE CAPITAL	2.175.717,51	53.756,69	783.788,71
Investimentos	2.175.717,51	53.756,69	783.788,71
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	(I-II) + III ano ant.	(I-II) + III ano ant.	(I-II) + III ano ant.
Saldo Financeiro - Valor (III)	1.899.577,50	3.937.713,96	3.597.966,43

Fonte: Sistema de Contabilidade e Orçamento Público

DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

(Inciso V, § 2º, art. 4º, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)



O demonstrativo identifica os tributos para as quais estão previstos renúncias de receita e as medidas de compensação para o ano de referência da LDO e para os dois exercícios seguintes, ou seja, 2021 a 2023.

A renúncia de receita aqui demonstrada atende à definição do art. 14, § 1º, da LRF: “a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”. A LRF define também que a concessão ou ampliação de incentivo fiscal do qual decorra renúncia de receita deve atender alternativamente a um dos seguintes critérios: estar prevista na projeção orçamentária constante das metas fiscais estipuladas ou, em caso negativo, ser acompanhada de medida de compensação, de forma a não comprometer tais metas.

MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2021

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
IPTU	Desconto	Pagamento Cota única	711.526	739.987	769.587	(1)
IPTU	Desconto	Renda familiar ate 3 salários mínimo	14.601	15.185	15.792	(1)
IPTU	Isenção	Isenções diversas conf. Lei 2.029/2007	845.414	879.231	914.400	(1)
IPTU	Alteração alíquota	Alteração conf. Lei 2.029/2007	215.218	223.827	232.780	(1)
IPTU	Isenção	PERT-Programa Esp. De Reg. Tributaria	9.331.630	9.704.895	10.093.091	(1)
ISSQN	Isenção	PERT-Programa Esp. De Reg. Tributaria	948.456	986.395	1.025.850	(1)
TAXAS	Isenção	PERT-Programa Esp. De Reg. Tributaria	373.834	388.787	404.339	(1)
TOTAL			12.440.679	12.938.307	13.455.839	

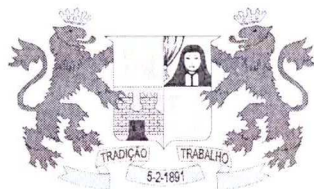
1) Considerada na estimativa de receita da lei orçamentária.

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

(Inciso V, § 2º, art. 4º, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)

Este demonstrativo informa a previsão de novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC) para o exercício a que se refere a LDO, deduzindo-



as da margem bruta de expansão. O objetivo é demonstrar se as novas DOCC previstas estão cobertas por aumento permanente de receita e redução permanente da despesa, para avaliação do impacto nas metas fiscais além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das DOCC concedidas.

Para efeito do atendimento desse dispositivo, considera-se despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período com duração superior a dois exercícios (Art. 17, caput). A referida norma, no § 1º do art. 17, determina ainda, que os atos que criarem ou aumentarem as despesas mencionadas acima devem evidenciar a origem dos recursos para seu custeio.

MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2021

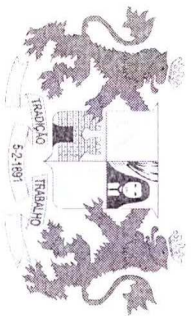
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2021
Aumento Permanente da Receita	-
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	-
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	-

Obs.: Levando em consideração a conjuntura econômica atual, não foi apurada margem para expansão das despesas obrigatórias.

Nova Lima, 04 de novembro de 2020.

Vítor Penido de Barros
Prefeito Municipal



ANEXO A

MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	552.721.346	711.839.796	28,79	565.140.000	-20,61	600.461.250,00	6,25	636.488.925,00	6,00	674.678.260,50	6,00
Receitas Primárias (I)	547.876.470	707.060.357	29,05	546.277.000	-22,74	580.419.312,50	6,25	615.244.471,25	6,00	652.159.139,53	6,00
Despesa Total	485.369.849	552.622.213	13,86	565.140.000	2,27	600.461.250,00	6,25	636.488.925,00	6,00	674.678.260,50	6,00
Despesas Primárias (II)	467.051.544	530.915.351	13,67	542.181.600	2,12	576.067.950,00	6,25	610.632.027,00	6,00	647.269.948,62	6,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	80.824.926	176.145.006	117,93	4.095.400	-97,67	4.351.362,50	6,25	4.612.444,25	6,00	4.889.190,90	6,00
Resultado Nominal	45.079.336	161.609.641	258,50	1.320.000	-99,18	1.402.500,00	6,25	1.486.650,00	6,00	1.575.849,00	6,00
Divida Publica Consolidada	54.717.255	38.533.495	-29,58	35.997.991	-6,58	33.748.116,77	-6,25	31.723.229,77	-6,00	29.819.835,98	-6,00
Divida Consolidada Liquida	-40.616.652	-196.650.382	384,16	-200.996.586	2,21	-188.434.299,75	-6,25	-177.128.241,76	-6,00	-166.500.547,26	-6,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	599.260.483	740.313.388	23,54	565.140.000	-23,66	578.757.831	2,41	592.737.489	2,42	607.054.820	2,42
Receitas Primárias (I)	594.007.669	735.342.772	23,79	546.277.000	-25,71	559.440.301	2,41	572.953.352	2,42	586.792.805	2,42
Despesa Total	526.237.991	574.727.102	9,21	565.140.000	-1,67	578.757.831	2,41	592.737.489	2,42	607.054.820	2,42
Despesas Primárias (II)	506.377.284	552.151.965	9,04	542.181.600	-1,81	555.246.217	2,41	568.657.961	2,42	582.393.661	2,42
Resultado Primário (III) = (I - II)	87.630.385	183.190.806	109,05	4.095.400	-97,76	4.194.084	2,41	4.295.391	2,42	4.399.144	2,42
Resultado Nominal	48.875.016	168.074.026	243,89	1.320.000	-99,21	1.351.807	2,41	1.384.460	2,42	1.417.901	2,42
Divida Publica Consolidada	59.324.448	40.074.835	-32,45	35.997.991	-10,17	32.528.305	-9,64	29.542.615	-9,18	26.830.974	-9,18
Divida Consolidada Liquida	-44.036.574	-204.516.397	364,42	-200.996.586	-1,72	-181.623.421	-9,64	-164.952.673	-9,18	-149.812.089	-9,18

Fonte: Sistema de Contabilidade e Orçamento Público



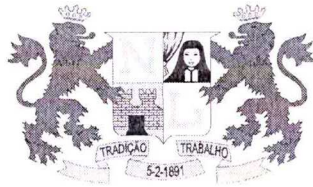
ANEXO IV – OBRAS EM ANDAMENTO

MUNICIPIO DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS OBRAS EM ANDAMENTO

(LRF, art. 45, Paragrafo unico)

Posição em: 14/04/2020

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA EM ANDAMENTO	SITUAÇÃO
Reforma e readequação do cemitério do Rosário / construção do muro de contenção	Em andamento, está na 11ª medição, já com aditivo aprovado.
Reforma e readequação do cemitério Parque	Em fase de conclusão.
Construção da Escola Municipal de Água Limpa	Em fase de conclusão. Está na 15ª medição.
Reforma/Ampliação da Escola M. Áurea Lima Taveira (CAIC)	Obra paralisada, rescisão de contrato.
Melhorias CEI Maria Taveira - Jardim Canadá	Obra iniciada em 06/04/2020.
Construção da Escola pró-Infância- Agua Limpa	Obra paralisada.
Reforma/Ampliação da Escola M. Martha Drummond Fonseca (CAIC)	Em andamento, está na 10ª medição.
Reforma/ampliação da Biblioteca Pública Municipal	Em andamento, está na 6ª medição.
Reforma/Readequação Museu Sara Ávila	Obra iniciada em 06/04/2020.
Ginásio poliesportivo Oswaldo Barbosa	Em andamento, está na 5ª medição.
Reforma do Ginasio do Villa	Obra paralisada em março/2020.
Quadra Poliesportiva Água Limpa	Obra ainda não iniciada, aguardando liberação de documentos da Caixa (recurso da OGU).
Ampliação UBS Mingú	Obra iniciada em março/2020.
Construção UBS Água Limpa	Em andamento, está na 10ª medição.
Conclusao da Construção da UBS Cristais	Obra concluída, a empresa está executando pendências.
Adequações Policlínica do Jardim Canada	Em andamento, está na 1ª medição.
Reforma do Centro Ideal para instalação da Sede da Secretaria de Saúde e de Desenvolvimento Social	Em andamento, está na 6ª medição.



Contenção e estabilização de Encosta na Rua Galo Novo - Galo	Em fase de conclusão.
Drenagem e Esgotamento Sanitário Bairro Acaba Mundo/Bela Fama	Obra ainda não iniciada.
Esgotamento Sanitário Bairro Mina D'Agua	Obra ainda não iniciada.
Esgotamento Sanitário (coletoras e intercep.)- Bairro José de Almeida	Em andamento, está na 5ª medição.
Drenagem de Agua Pluvial na Rua Vila Lobos - Vila São José	Obra ainda não iniciada.
Drenagem Rua Turmalina Bairro Cruzeiro	Obra paralisada.
Revitalização das praças	Em andamento, está na 6ª medição.
Contenção/Estabilização de Encostas Rua Aldo Zanini	Obra ainda não iniciada.
Duplicação da MG 030	Em andamento, está na 1ª medição.
Contenção Rua Marques de Sapucaí esquina c/ rua Jesus Othero - LOTE	Obra ainda não iniciada.
Contenção Rua Araras - Instancia Serrana - LOTE	Obra ainda não iniciada.
Pavimentação Alameda dos Jatobás	Obra ainda não iniciada.
Terraplanagem CT Nova Lima	Em andamento, está na 3ª medição.
Reforma do prédio da Prefeitura e Anexo	Obra não iniciada, previsão de inicio ainda em abril/2020.
Contenção por Gabião na Rua Dr. Lunds - bairro Ipê	Obra ainda não iniciada.
Contenção por Gabião na Rua Bem te vi - Estancia Alpina	Obra ainda não iniciada.
Centro de convivência do Idoso	Em andamento, está na 1ª medição.

Nova Lima, 04 de novembro de 2020.

Vitor Penido de Barros
Prefeito Municipal